

UMA ABORDAGEM TEÓRICA PARA O ESTUDO DO AGRICULTOR DE BAIXA RENDA

Solon J. Guerrero (*)

1. INTRODUÇÃO

São muitos e reiterados os esforços dos governos e instituições para resolver os problemas de produção na agricultura de baixa renda. O baixo rendimento dessa agricultura, em termos regionais e nacionais, constitui um grande peso, que retarda e emperra os programas de desenvolvimento. Mas, como em todo problema com fortes implicações econômicas, a tentação de resolvê-lo em termos econômicos torna-se irresistível. A orientação econômica para resolver os problemas de baixa renda reflete-se na vasta literatura sobre o assunto e nos tópicos centrais de congressos e simpósios nacionais e internacionais da última década (6, 7).

Esta forma de abordar a agricultura de baixa renda faz com que se conheça muito bem, quase que totalmente, os problemas deste tipo de agricultura, ficando o agricultor de baixa renda como o grande desconhecido. Assim, por ex., o grupo de trabalho responsável pela análise dos resultados apresentados no seminário sobre Estratégia de Promoção da Agricultura de Baixa Renda, realizado em Brasília aos 18 e 19 dias de novembro de 1975 (2), considera o agricultor de baixa renda da seguinte forma: "conceitua-se como agricultor de baixa renda todo produtor ou trabalhador rural em atividades do tipo agropecuário, extrativo ou artesanal, cuja renda bruta anual seja equivalente ou inferior a três vezes o salário mínimo regional por membro da família e/ou dependente compreendido na faixa etária de 14 a 60 anos".

O marco de referência do agricultor de baixa renda baseia-se, no referido trabalho, na renda e no tipo de posse da terra. Pergunta-se: é bastante considerar os aspectos técnicos e econômicos da agricultura de baixa renda, conhecendo tão superficialmente o protagonista que deverá ativar e desenvolver o processo produtivo neste tipo de agricultura? É importante discutir sobre a melhor tecnologia para a agricultura de baixa renda sem conhecer a fundo a possibilidade da aplicação dessa tecnologia? Faz sentido discutir sobre os riscos na agricultura

(*) Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa.

de baixa renda desconhecendo a capacidade que o agricultor tem para perceber tais riscos e reagir convenientemente contra eles?

VIGNIER (13), ex-diretor do Centro Nacional de Estudos Agronômicos da França e atual Conselheiro Técnico do Centro para o Desenvolvimento da Produção Agrícola do mesmo país, tem uma atitude mais realista quando estuda a agricultura de baixa renda. Ele coloca a organização (que tem como base o indivíduo) no centro dos estudos e da promoção da agricultura de baixa renda. Observa que, enquanto os agricultores dos países industrializados canalizam as suas atividades técnico-econômicas por meio de organizações (cooperativas, sindicatos, grêmios, etc.), os pequenos agricultores, nas comunidades rurais pobres, carecem de organizações que os ajudem a desenvolver as suas próprias atividades. Para VIGNIER, a criação de organizações que atendam ao agricultor de baixa renda é problema de suma importância. Mas, para formar uma verdadeira organização, são necessários elementos capazes de torná-la efetiva: homens responsáveis que possam distinguir interesses próprios de interesses comuns, capazes de superar o próprio egoísmo, de ter conhecimentos gerais e técnicos que lhes permitam participar da vida econômica e técnica do grupo a que pertencem. É necessária também uma mínima orientação ao risco e pelo menos um sentido empresarial embrionário.

Portanto, se se aceita a abordagem de VIGNIER, faz-se necessário utilizar imaginação e criatividade para criar uma estrutura organizacional capaz de movimentar os fatores técnicos, econômicos e empresariais que tornarão mais produtiva a agricultura de baixa renda. Para criar essa estrutura organizacional é necessário conhecer o protagonista dela dentro de sua própria cultura tradicional e subdesenvolvida. Parece coerente pensar que somente depois de conhecido o perfil sócio-cultural do agricultor de baixa renda se pode tratar de criar um tipo de organização que o ajude a resolver os problemas técnicos e econômicos relativos à produtividade de seu empreendimento.

O presente trabalho trata de fazer alguns comentários, dentro do marco teórico tipológico, sobre a necessidade de se conhecer melhor o agricultor de baixa renda.

1.1. Breve Descrição da Teoria Tipológica

A teoria tipológica foi proposta, pela primeira vez, por SUMMER MAINE (11) em 1861, reforçada posteriormente por DURKHEIM (4), COLEY (3), BECKER (1), TOENNIES (12), PARSONS (8) e, recentemente, REDFIELD (9). Essa teoria parte do pressuposto de que as diferenças existentes entre os diversos tipos de sociedades, desde as sociedades rurais primitivas até as sociedades industrializadas, estão representadas dentro de um contínuo que vai desde o pólo tradicional até o pólo moderno.

A cada um desses conceitos, tradicional e moderno, associa-se uma constelação de características, algumas das quais vão desaparecendo e outras refor-

quando-se, dependendo do grau de desenvolvimento da sociedade. Os pólos tradicional e moderno são evidentemente os mais discriminados e típicos, estando as formas intermediárias do contínuo representadas por sociedades com características mais ou menos ligadas a algum dos pólos.

É importante esclarecer que os conceitos tradicional e moderno não existem na realidade em toda sua pureza. Estes conceitos apresentam-se como **tipos ideais weberianos**, os quais são elaborações mentais, com base na realidade, se bem que não correspondam à realidade em todos os seus detalhes. Eles são instrumentos de trabalho, importantes para o estudo do mundo real, se bem que de antemão se reconheçam suas limitações.

As características do pólo tradicional, tal como são entendidas pela escola tipológica, foram resumidas por VANDER ZANDEN (14) da seguinte forma:

a) Características econômicas: agricultura geralmente de subsistência e familiar. Independência econômica, visto que a família consome o que produz. Pouca ou nenhuma participação no mercado. Agricultura limitadamente diversificada e consorciada.

b) Características sociológicas: a sociedade tradicional é geralmente analfabeta ou possui grau de alfabetização muito baixo, com forte tendência para reger-se pela autoridade e tradição, reacionária, portanto, à aceitação de mudanças tecnológicas impostas de fora do sistema. Propensão para crença em superstições, com relação à agricultura e à saúde. Pouca ou nenhuma orientação ao risco. Fortemente solidário com o grupo a que pertence e coletivamente alienada do resto da sociedade.

c) Características com relação à comunicação com o mundo externo: as sociedades tradicionais são compostas de famílias reunidas ou disseminadas em áreas rurais definidas, geograficamente isoladas, com pouco ou nenhum acesso aos agentes de mudança, pouco ou nenhum acesso aos meios de comunicação de massa orais ou escritos e com muito pouca mobilidade geográfica, isto é, nascem e morrem no mesmo lugar.

1.2. Problema

Depois dessa breve descrição da teoria tipológica, passa-se, agora, a tratar do perfil sócio-econômico do agricultor de baixa renda, tal como aparece empiricamente em alguns trabalhos executados no Brasil. As perguntas que à primeira vista se apresentam como problemas a serem analisados são as seguintes: o perfil caracterizado pela escola tipológica é semelhante ao perfil encontrado, empiricamente, entre os agricultores de baixa renda no Brasil? O perfil do agricultor de baixa renda, em pontos diversos, mas no começo mesmo do contínuo tradicional-moderno, é semelhante ou diferente?

2. METODOLOGIA

No presente trabalho foram usados os dados recolhidos em 1973 por RODACKI e GUERRERO (10) e o trabalho de GUERRERO e PEREIRA (5) sobre a alienação agrícola no Paraná. As informações sobre o levantamento desses dados, tipos e medidas de variáveis, testes estatísticos usados, tipo de amostra utilizado etc., podem ser vistos nesses dois trabalhos citados. O quadro 1 dá uma síntese dos resultados básicos desses trabalhos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise cuidadosa do quadro 1, coluna de Irati, região colonial estagnada e isolada, pode inferir-se que tanto as características econômicas como as sociológicas e as de comunicação manifestam semelhanças com as características indicadoras de tradicionalismo segundo a escola tipológica. Como comentários de interesse especial pode-se dizer:

QUADRO 1 — Diferenças percentuais de algumas características dos agricultores de baixa renda de duas regiões, uma tradicional e outra em processo de desenvolvimento, do Estado do Paraná.

Características	Irati (região tradicional)	Oeste Paranaense (região em desenvolvimento)
Características econômicas	%	%
Baixa participação no mercado	64,8	13,1
Baixo ou nenhum uso de crédito	69,0	36,2
Sem ou com insignificante tecnologia química	55,0	32,0
Sem ou com insignificante tecnologia mecânica	91,0	14,0
Características de comunicação		
Sem acesso aos agentes de mudança	63,4	43,9
Sem acesso aos meios de comunicação oral de massas	44,6	22,2
Sem acesso a revistas ou jornais	67,5	43,2
Imobilidade geográfica	54,0	0,7
Características sociológicas		
Sem estudos formais	27,1	23,1
Baixa solidariedade	24,4	18,5
Baixa orientação ao risco	69,0	43,2
Rejeição de mudanças tecnológicas	30,0	0,0
Alta crença em superstições	47,3	13,9
Alta alienação	40,0	63,0

Fonte: RODACKI (10).

a) Com relação às características econômicas, quase três quartas partes dos agricultores de baixa renda não participam do mercado de produtos agrícolas nem do crédito institucional. Um pouco mais da metade não usa nenhum tipo de tecnologia química, nem ao menos fertilizantes naturais, como esterco. Somente 9% usam tecnologia mecânica rudimentar, como arado puxado por bois ou cavalos.

b) Com relação às características sociológicas, pode-se comentar que, embora a porcentagem de analfabetos seja de 27% apenas, o nível de educação formal é muito baixo, sendo de 1% a porcentagem dos que foram além da educação primária. Cinquenta por cento crêem em superstições relativas à agricultura, ao gado e à saúde. Trinta por cento não aceitam qualquer idéia de mudança tecnológica na agricultura, sendo que 60% manifestam sérias restrições a essas mudanças. A solidariedade dentro do grupo é alta, sendo de somente 25% a porcentagem dos que não se conformam com o grupo, 40% dos agricultores de baixa renda da região dão sérios indícios de alienação e 70% não manifestam orientação alguma a correr riscos nos seus negócios.

c) Com relação às características de comunicação, quase três quartas partes dos agricultores de baixa renda da região não tiveram contatos com agentes de mudança, como extensionistas, técnicos agrícolas e outros. Embora os meios de comunicação de massa orais se façam sentir em mais da metade da população rural, os meios de comunicação de massa escritos têm muito pouca influência sobre ela. Por outro lado, 54%, ou seja, mais da metade, nunca saíram do lugar onde nasceram.

Comparando a coluna de Irati com a do Extremo-Oeste Paranaense (quadro 1), descobrem-se importantes diferenças entre as características dos agricultores de baixa renda de uma região tipicamente tradicional e de outra em vias de desenvolvimento. As diferenças são consistentes nos três tipos de características estudadas, econômicas, sociológicas e de comunicação, merecendo um comentário especial as diferenças relativas à alienação. O alto grau de alienação da região do Extremo-Oeste Paranaense não somente é maior (63% contra 40% em Irati) mas também se explica por diferentes causas. Enquanto a alienação em Irati se deve a causas de natureza sócio-psicológicas, no Oeste Paranaense a alienação é explicada por causas de natureza econômica. GUERRERO e PEREIRA (5) dizem, a este propósito, que a região de maior grau de modernização apresentou os mais altos níveis de alienação com relação à região tradicional. Desta forma, o fenômeno da alienação aparece concomitantemente com o progresso tecnológico, tornando-se importante saber até que ponto a modernização da agricultura está criando novo tipo de alienação rural. Entre as variáveis consideradas na determinação notação econômica, renda, explicou melhor a alienação na região em processo de desenvolvimento.

Dos resultados discutidos algumas características podem acrescentar-se à descrição citada no início desse trabalho sobre o agricultor de baixa renda. Aqui ele aparece como um ser complexo, difícil de ser definido por meio de parâmetros de

renda e de tipo de posse de terra. Aparece como um ser geográfica e mentalmente isolado, à margem da economia de mercado, fortemente tradicional, com pouco ou nenhum acesso ao crédito e aos agentes de mudança, invulnerável aos meios de comunicação de massa, dominado pela autoridade familiar dentro da qual se manifesta altamente solidário, influenciado por tabus e superstições de muito pouca mobilidade geográfica, com tecnologia rudimentar, porém desinteressado por qualquer tipo de mudança tecnológica, grupalmente alienado com relação ao mundo exterior e geralmente analfabeto ou com muito pouca escolaridade.

4. RESUMO

O trabalho é uma discussão das duas abordagens teóricas no estudo da agricultura de baixa renda: a abordagem econômica e a organizacional. A abordagem econômica considera os problemas da agricultura de baixa renda tal como esses problemas se apresentam do ponto de vista da produção. Esta abordagem faz abstração das condições psico-sociológicas do agricultor e do ambiente cultural em que ele se acha inserido. A abordagem organizacional, por sua vez, considera a agricultura de baixa renda do âmbito do agricultor entendido como o protagonista do processo produtivo. Destaca a influência das características e limitações psico-sociológicas e culturais em que a agricultura se desenvolve e considera a produção agrícola como um resultado lógico da capacidade das condições humanas do agricultor.

A teoria tipológica fornece informações importantes para a avaliação de ambas as abordagens. De acordo com a teoria tipológica o agricultor exerce a sua atividade agrícola dentro de um contexto psico-sociológico, cultural e organizacional que determina o sucesso ou fracasso de seu empreendimento e que torna possível inferir o grau e a natureza das mudanças. Dentro do marco da teoria tipológica, a abordagem econômica, por si só, parece incompleta e até inoperante na solução do problema da agricultura de baixa renda. Ela fica no terreno do que deveria acontecer, de acordo com os modelos conhecidos, mas não chega a detectar as razões de não acontecer o que deveria acontecer. Estas razões fogem do âmbito da sua percepção.

A teoria tipológica permite, portanto, a formulação de uma nova hipótese de trabalho: **“colocando o agricultor de baixa renda dentro de uma estrutura organizacional adaptada às suas próprias condições psico-sociológicas e culturais, pode ele ativar com sucesso o processo produtivo de seu empreendimento”**.

Se esta hipótese for válida, a abordagem econômica para resolver os problemas da agricultura de baixa renda deverá ser reformulada.

5. LITERATURA CITADA

1. BECKER, H. **Through to social interpretation**. North Carolina, Duke University Press, 1950. 325p.

2. BRASIL, Ministério da Agricultura (SUPLAN). **Estratégia do Ministério da Agricultura sobre a agricultura de baixa renda.** (Grupo de trabalho, versão preliminar), 1976. 70p. (mimeografado).
3. COOLEY, C. **Social organization.** New York, Scribner's Sons, 1909. 40p.
4. DURKHEIM, E. **The division of labor in society.** New York, MacMillan, 1933. 409p.
5. GUERRERO, S.J.; PEREIRA, S.M.P.; MUNIZ, J.N.; BARBOSA, T. & GAVA, E. Fatores associados ao fenômeno da alienação rural em duas situações agrícolas do Estado do Paraná. **Experientiae**, 22(3): 71-89, 1976.
6. MARZOCCA, A. **La acción del IICA y los objetivos del Seminario sobre Tecnología para el pequeño Agricultor.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional de baixa renda em Assunção, Paraguai, maio 1977.
7. PAIVA, R.M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 1(2): 171-234, 1971.
8. PARSON, T. The paten variables revisited: a response to Robert Dubin. **American Sociological Review**, 25: 467-483, 1971.
9. REDFIELD, R. The folk society. **The American Journal of Sociology**, 52: 293-308, 1947.
10. RODACKI, U.; GUERRERO, S.J.; BARBOSA, T. & VITOR, V.P. Algumas variáveis associadas ao nível de tecnologia de duas regiões de diferentes estágios de desenvolvimento do Estado do Paraná. **Experientiae**, 17(11): 265-291, 1974.
11. SUMMER MAINE H. **Ancient law.** London, Oxford University Press, 1931. 250p.
12. TOENNIES, F. **Community and society.** East Lansing, Michigan State University Press, 1957. 305p.
13. VIGNIER, F. **Estructura de organización de la producción de los pequeños agricultores el contexto del fomento de la productividad.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Tecnologia para el agricultor de Baixa Renda em Assunção, Paraguai, maio 1977.
14. ZADEN, J.W.V. **Sociology, a systematic approach.** New York, The Ronald Press, 1965. 570p.